



Simulado Final

SEFAZ RR

Técnico de Tributos Estaduais
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final SEFAZ RR - Técnico de Tributos Estaduais - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso SEFAZ RR (Técnico de Tributos Estaduais);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;
- 6 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-Tecnico-07-01-23>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas***TEXTO I**

O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Rodrigo da Cunha Pereira, explica que o divórcio só foi introduzido no Brasil em 1977, pela Emenda Constitucional nº 9 e regulamentada pela Lei nº 6.515/77, precedida de uma longa batalha política legislativa, liderada pelo então Senador Nelson Carneiro.

Segundo ele, para que fosse aprovada a Lei nº 6.515/77, foi necessário fazer algumas concessões, e o divórcio foi dificultado ao máximo: só era possível se divorciar uma única vez, era necessário o prazo de cinco anos de separação de fato para o divórcio direto e três para o indireto (ou por conversão).

“Após mais de três décadas de divórcio no Brasil, pode-se constatar que a família não foi destruída e não piorou em razão dele, mesmo com a elasticização de algumas regras, tais como a possibilidade de se divorciar várias vezes e a diminuição do seus prazos. Ao contrário, as pessoas estão mais felizes e mais autênticas para estabelecerem seus vínculos amorosos e conjugais”, refletiu Rodrigo.

No entanto, o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil, mesmo quando consensual, pois “envolve sempre sofrimento e dor, ainda que tenha um sentido de libertação. O fim da conjugalidade é um momento que se depara, novamente, com o desamparo estrutural do ser humano. Depara-se consigo mesmo e com o vazio existencial. O amor perfeito, ou quase perfeito, era pura ilusão, ou simplesmente acabou. Sabe-se, por isso, que o amor perfeito é perfeitamente impossível”, diz.

<http://www.rodrigodacunha.adv.br/divorcio/>

01. Segundo as informações veiculadas no texto,

- a) a Lei nº 6.515/77 flexibilizou as regras sobre divórcio previstas na Constituição.
- b) até 1977 só era possível se divorciar uma única vez, após 5 anos de separação de fato.
- c) as limitações do direito ao divórcio foram algumas das concessões necessárias para sua aprovação.
- d) o Senador Nelson Carneiro acreditava que o divórcio seria prejudicial às famílias.

e) o divórcio foi introduzido com base na crença de que o amor era pura ilusão.

02. O vocábulo “elasticização” (3º parágrafo) foi empregado no texto com sentido oposto a

- a) flexibilização
- b) mitigação
- c) supressão
- d) adaptação
- e) austeridade

03. Assinale a alternativa em que a vírgula destacada entre colchetes poderia ser suprimida sem prejuízo gramatical ou semântico.

- a) No entanto[,] o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil (4º parágrafo)
- b) O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões[,] Rodrigo da Cunha Pereira, explica (1º parágrafo)
- c) Após mais de três décadas de divórcio no Brasil[,] pode-se constatar que a família não foi destruída (3º parágrafo)
- d) Sabe-se[,] por isso, que o amor perfeito é perfeitamente impossível”, diz (4º parágrafo)
- e) O advogado especialista em Direito de Família e Sucessões, Rodrigo da Cunha Pereira[,] explica (1º parágrafo)

04. O vocábulo “que” pode exercer diferentes funções dentro do texto. Em “o especialista em Direito de Família e Sucessões observa que o divórcio não é nada fácil.” (4º parágrafo), a partícula “que” está exercendo função de:

- a) Pronome relativo.
- b) Pronome interrogativo.
- c) Pronome indefinido.
- d) Conjunção integrante.
- e) Conjunção explicativa.

05. *“O fim da conjugalidade é um momento que se depara, novamente, com o desamparo estrutural do ser humano. Depara-se consigo mesmo e com o vazio existencial. O amor perfeito, ou quase perfeito, era pura ilusão, ou simplesmente acabou.”*

É correto afirmar que no período acima há

- a) quatro artigos definidos.
- b) seis artigos definidos.
- c) dois artigos indefinidos.
- d) quatro preposições.
- e) um artigo definido.

06. *“Segundo ele, para que fosse aprovada a Lei nº 6.515/77, foi necessário fazer algumas concessões...”*

Estabelece-se, entre as orações do período acima, uma relação de

- a) consequência.
- b) causalidade.
- c) finalidade.
- d) conclusão.
- e) explicação.

07. *“Segundo ele, para que fosse aprovada a Lei nº 6.515/77, foi necessário fazer algumas concessões, e o divórcio foi dificultado ao máximo: só era possível se divorciar uma única vez, era necessário o prazo de cinco anos de separação de fato para o divórcio direto e três para o indireto (ou por conversão).”*

O segmento após os dois-pontos apresenta natureza

- a) narrativa.
- b) descritiva.
- c) explicativa.
- d) exemplificativa.
- e) enumerativa.

08. São acentuadas pelo mesmo motivo as palavras:

- a) divórcio e necessário.
- b) máximo e só.
- c) máximo e necessário.
- d) três e única.
- e) única e necessário.

MATEMÁTICA

Eduardo Mocelin

09. Três amigos resolveram fazer um churrasco. As respectivas participações no custo total do churrasco foram diretamente proporcionais aos números 2, 4 e 5. Se o custo total do churrasco foi R\$ 660,00, então o amigo que teve a menor participação nesse valor contribuiu com

- a) R\$ 160,00.
- b) R\$ 140,00.
- c) R\$ 120,00.
- d) R\$ 100,00.
- e) R\$ 80,00.

10. A taxa efetiva quadrimestral que é equivalente a uma taxa nominal de 240% ao ano, capitalizados bimestralmente, é igual a:

- a) 80,00%
- b) 80,20%
- c) 95,20%
- d) 96,00%
- e) 96,20%

11. Uma empresa recebeu, pelo valor de R\$ 36.000,00, por meio de uma operação de desconto racional simples, R\$ 24.000,00 como sendo o valor atual. O prazo de antecipação, em dias, se a taxa de juros foi de 5% ao mês, no regime de juros simples, foi de:

- a) 10
- b) 60
- c) 90
- d) 120
- e) 300

12. Uma urna contém fichas numeradas de 1 a 20. Ao retirar aleatoriamente uma ficha da urna, a probabilidade de ela apresentar um número maior do que 15, dado que tal número é ímpar, é:

- a) 10%
- b) 15%
- c) 20%
- d) 25%
- e) 30%

13. Para resolver o problema a seguir, considere a seguinte tabela da distribuição normal padrão.



z	0,00	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,0000	0,0040	0,0080	0,0120	0,0160	0,0199	0,0239	0,0279	0,0319	0,0359
0,1	0,0398	0,0438	0,0478	0,0517	0,0557	0,0596	0,0636	0,0675	0,0714	0,0753
0,2	0,0793	0,0832	0,0871	0,0910	0,0948	0,0987	0,1026	0,1064	0,1103	0,1141
0,3	0,1179	0,1217	0,1255	0,1293	0,1331	0,1368	0,1406	0,1443	0,1480	0,1517
0,4	0,1554	0,1591	0,1628	0,1664	0,1700	0,1736	0,1772	0,1808	0,1844	0,1879
0,5	0,1915	0,1950	0,1985	0,2019	0,2054	0,2088	0,2123	0,2157	0,2190	0,2224
0,6	0,2257	0,2291	0,2324	0,2357	0,2389	0,2422	0,2454	0,2486	0,2517	0,2549
0,7	0,2580	0,2611	0,2642	0,2673	0,2704	0,2734	0,2764	0,2794	0,2823	0,2852
0,8	0,2881	0,2910	0,2939	0,2967	0,2995	0,3023	0,3051	0,3078	0,3106	0,3133
0,9	0,3159	0,3186	0,3212	0,3238	0,3264	0,3289	0,3315	0,3340	0,3365	0,3389
1,0	0,3413	0,3438	0,3461	0,3485	0,3508	0,3531	0,3554	0,3577	0,3599	0,3621
1,1	0,3643	0,3665	0,3686	0,3708	0,3729	0,3749	0,3770	0,3790	0,3810	0,3830
1,2	0,3849	0,3869	0,3888	0,3907	0,3925	0,3944	0,3962	0,3980	0,3997	0,4015
1,3	0,4032	0,4049	0,4066	0,4082	0,4099	0,4115	0,4131	0,4147	0,4162	0,4177
1,4	0,4192	0,4207	0,4222	0,4236	0,4251	0,4265	0,4279	0,4292	0,4306	0,4319
1,5	0,4332	0,4345	0,4357	0,4370	0,4382	0,4394	0,4406	0,4418	0,4429	0,4441
1,6	0,4452	0,4463	0,4474	0,4484	0,4495	0,4505	0,4515	0,4525	0,4535	0,4545
1,7	0,4554	0,4564	0,4573	0,4582	0,4591	0,4599	0,4608	0,4616	0,4625	0,4633
1,8	0,4641	0,4649	0,4656	0,4664	0,4671	0,4678	0,4686	0,4693	0,4699	0,4706
1,9	0,4713	0,4719	0,4726	0,4732	0,4738	0,4744	0,4750	0,4756	0,4761	0,4767
2,0	0,4772	0,4778	0,4783	0,4788	0,4793	0,4798	0,4803	0,4808	0,4812	0,4817

Uma fábrica de calçados informa que a quantidade em estoque de sapatos segue uma distribuição normal com média de 600 unidades e desvio-padrão de 18. Qual é a probabilidade de, ao se verificar o estoque, ele apresentar menos de 582 unidades?

- a) 13,60%.
- b) 15,87%.
- c) 34,13%.
- d) 68,26%.
- e) 84,13%.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

14. Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

15. A Constituição Federal assegura em seu artigo 5º a liberdade como um dos direitos fundamentais básicos. A respeito da liberdade de associação, dedicou vários incisos, de acordo com os quais é correto afirmar que

- a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.
- b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.
- c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.
- d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do mandamus em benefício daqueles.
- e) Não prejudica o direito de liberdade de associação a exigência legal de que a utilização de benefício assistencial, no período do defeso, depende da comprovação de estar cooperado.

16. A respeito da competência para legislar sobre direito tributário, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) Os estados somente poderiam legislar sobre a matéria se não houvesse legislação federal.
- c) A competência é concorrente, de modo que os estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A competência legislativa só poderia ser exercida pelos estados se houvesse delegação da União, por meio de lei complementar.
- e) A superveniência de lei federal sobre a matéria revoga lei estadual no ponto contrário.

17. Acerca do regime de previdência dos servidores públicos, conforme prescreve a Constituição Federal, aponte a única alternativa INCORRETA:

- a) O regime próprio de previdência social dos servidores será custeado não apenas por contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, mas também por contribuição de aposentados e de pensionistas, uma vez que seu caráter é solidário.
- b) Se o servidor público efetivo for acometido de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, será aposentado. Nessa hipótese, será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejam a concessão da aposentadoria.
- c) O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

d) No regime próprio de previdência aplicável aos servidores públicos, os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo e nem superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social.

e) A Constituição Federal veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, exceto servidores com deficiência, os ocupantes de cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial, os servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde e os ocupantes do cargo de professor.

18. Historicamente, os direitos fundamentais passaram a ser garantidos nos ordenamentos jurídicos de forma gradual. Com o tempo, os estudiosos classificaram tais direitos em gerações/dimensões: tradicionalmente a 1ª geração, a 2ª geração e a 3ª geração. Esta última possui natureza supraindividual e titularidade difusa, tendo como exemplo o direito:

- a) a vida.
- b) ao meio ambiente.
- c) a propriedade.
- d) a saúde.
- e) a educação.

19. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

20. O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

21. Analise as seguintes afirmativas:

- I - Paul tem 25 anos, é franco-brasileiro, tendo se naturalizado no Brasil em 2022, e pretende se candidatar a prefeito do município Beta em 2024.
- II - Laís é brasileira nata, tem 26 anos e pretende se candidatar a Senadora pelo Estado Alfa em 2026.
- III - Larissa é brasileira nata, tem 30 anos, não possui cargo eletivo, é filha do Vice-Presidente da República eleito em 2022 (mandato 2023 a 2027) e pretende se candidatar a Governadora do Estado Zeta em 2026.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Paul não poderá ser candidato, Laís e Larissa sim.
- b) Larissa não poderá ser candidata, Paul e Laís sim.
- c) Paul e Larissa poderão ser candidatos, Laís não.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

22. Os Remédios Constitucionais são instrumentos ou ferramentas jurídicas, previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. Acerca deste tema, assinale a alternativa correta:

- a) O mandado de injunção é ação de natureza constitucional.
- b) O mandado de injunção tem como finalidade viabilizar o exercício de direitos constitucionalmente previstos.
- c) A simples inércia do legislador é fundamento para impetrar mandado de injunção, dada a natureza dos interesses tutelados.
- d) A falta de norma regulamentadora sobre imunidade tributária de lojas maçônicas pode ser objeto de mandado de injunção.
- e) Será concedido mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

23. O estado do Rio de Janeiro legislou e concedeu aos jovens de até 21 anos de idade a “meia entrada” em eventos culturais, isto é, o desconto de 50% no valor do ingresso para shows, cinemas e teatros. A respeito do assunto, conforme fixado pela Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei estadual é

- a) inconstitucional, por invadir a competência da União para legislar sobre contratos.
- b) constitucional, uma vez que compete aos estados legislar sobre normas específicas do direito econômico.
- c) constitucional, porque é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro.
- d) inconstitucional, pois o Rio de Janeiro apenas poderia legislar sobre o assunto se tivesse lei complementar federal delegando aos estados a competência para dispor sobre a matéria.
- e) constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre direito econômico e financeiro.

24. João tentou obter crédito para comprar uma bicicleta, mas teve seu pedido negado, pelo fato de o seu “score de crédito” ter baixa pontuação. Em razão da negativa, procurou o Serviço de Proteção ao Crédito (pessoa jurídica de direito privado detentora de banco de dados enviados por lojas, bancos e financeiras) para saber as razões, mas não conseguiu obter nenhuma informação. Nos termos expressos na Constituição Federal, diante da negativa de acesso a dados pessoais, João poderá fazer uso de

- a) Habeas Data.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Mandado de Injunção.
- d) Ação Popular.
- e) Habeas Corpus.

25. Diego é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2022, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Pepe. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Diego ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Diego poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Diego não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

26. Em relação ao princípio constitucional da razoabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) impõe transparência às ações da Administração Pública.
- b) sua aplicação ao âmbito estadual requer previsão na constituição estadual.
- c) não serve como critério para o controle judicial da Administração Pública.
- d) permite a escolha de soluções razoáveis, mesmo que ilegais.
- e) sua violação dá azo à invalidação do ato administrativo.

27. O ordenamento jurídico brasileiro proíbe a aplicação retroativa de novas interpretações, bem como estabelece prazo decadencial para que o poder público invalide atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários.

Tais preceitos relacionam-se diretamente com o princípio da:

- a) motivação.
- b) autotutela.
- c) supremacia do interesse público.
- d) segurança jurídica.
- e) coerência administrativa.

28. Considerando as relativas à organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir:

I. Fundação pública consiste na entidade instituída pelo Poder Público com patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos limites da lei.

II. Autarquia representa a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

III. Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

IV. Empresa Pública constitui a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima ou qualquer outra admitida em Direito, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Assinale a alternativa que apresenta todos os itens corretos:

- a) I e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) II, III e IV.

29. Marque a alternativa que menciona característica das agências executivas:

- a) sempre possuem natureza de fundação.
- b) constituem nova modalidade de entidade.
- c) podem possuir natureza de autarquia ou de fundação.
- d) são entidades privadas sem fins lucrativos que celebraram contrato de gestão com o poder público.
- e) exercem regulação de setores econômicos privados de interesse público e da prestação de serviços delegados à iniciativa privada.

30. A Constituição Federal proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor e um de natureza técnica ou científica.
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, observado o teto remuneratório quanto à soma das remunerações.
- c) a de dois cargos técnico ou científico.
- d) a de um cargo de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, com outro técnico ou científico.

- e) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, observado o teto remuneratório em cada um dos vínculos formalizados.

31. A respeito do processo administrativo regulamentado na Lei 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- a) Encontra-se impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha inimidade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
- b) O comparecimento espontâneo do administrado não supre as irregularidades de intimação inválida.
- c) Após a conclusão da etapa de instrução, a Administração tem o prazo de até 30 dias para decidir sobre o processo administrativo, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada.
- d) Da revisão do processo administrativo poderá resultar agravamento da sanção.
- e) A desistência do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.

32. Ao Estado de Roraima e demais Estados brasileiros foi garantida, expressamente pela Constituição Federal, a competência para prestação de:

- a) serviços regionais de gás canalizado, admitindo-se a delegação a empresa estatal mediante permissão.
- b) serviços de transporte coletivo, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.
- c) serviços regionais de gás canalizado, admitindo-se a delegação a particular mediante descentralização por serviço.
- d) serviços locais de gás canalizado, admitindo-se a delegação a mediante autorização.
- e) serviços locais de gás canalizado, admitindo-se a delegação a empresa estatal mediante concessão.

33. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) o controle judicial pode examinar a legitimidade e a legalidade dos atos administrativos discricionários praticados pelo Executivo.
- b) a finalidade do ato administrativo decorre do juízo discricionário da autoridade administrativa que o pratica.
- c) inexistindo impedimento legal, é lícita a delegação do exercício de competências legais, exceto aquelas relacionadas à prática de atos vinculados.
- d) a Administração pode invalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- e) a revogação consiste no desfazimento de ato administrativo, nas situações em que há ilegalidade e inconveniência do ato.

34. No que se refere à convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) pode acarretar prejuízo ao interesse público, se atender a pleito de terceiros.
- b) deve ser motivado por expressa previsão legal.
- c) pode acarretar lesão a terceiros, se atender ao interesse público.
- d) pode ser praticada no bojo do controle judicial dos atos administrativos.
- e) pode resultar no aproveitamento de ato administrativo com vício de finalidade.

35. Em relação ao ciclo de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) a sanção consiste na apuração de infrações e aplicação de penalidades àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração.
- b) na etapa de ordem, a Administração distribui e escalona funções entre seus órgãos e estabelece a relação de subordinação entre seus servidores.
- c) fiscalização representa a verificação do cumprimento das ordens de polícia.
- d) a fase da ordem diz respeito à expedição de decretos pelo chefe do Poder Executivo para permitir a fiel execução das leis.
- e) a etapa de consentimento estará sempre presente no ciclo de polícia.

36. Levando em consideração o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) é de cem anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) disponibilidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) informações de interesse público devem ser divulgadas, exclusivamente mediante solicitação do cidadão interessado.
- d) dada a vedação de solicitações anônimas, os pedidos de acesso à informação devem ser objeto de identificação completa do solicitante, ainda que tal requisito inviabilize a solicitação.
- e) o indeferimento de acesso à informação deve ser objeto de motivação pelo agente público competente.

37. Considerando que determinado agente público no Estado de Roraima foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a atividade de contrabando, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

38. A atual legislação em vigor expressa a chamada teoria da empresa. A respeito da empresa e do empresário, à luz da legislação em vigor, marque a opção correta:

- a) A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, inclusive quem exerce profissão intelectual, de natureza científica,

literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

- b) B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, em até trinta dias do início de sua atividade.
- c) C) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá averbar, com a prova da inscrição originária.
- d) D) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, deverá ser inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- e) E) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

39. A respeito da sociedade em nome coletivo, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) A) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- b) B) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato constitutivo, ou por maioria dos votos dos sócios em convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.
- c) C) A administração da sociedade compete a sócios ou não sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.
- d) D) A sociedade se dissolve de pleno direito por qualquer das causas enumeradas na lei, exceto nos casos de falência.
- e) E) O credor particular de sócio pode, antes de dissolver-se a sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor.

40. Sobre a sociedade anônima e as previsões contidas na Lei 6.404 de 1976, escolha a opção que coaduna com a previsão legal:

- a) A) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- b) B) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes, podendo estar descrito de modo genérico no estatuto.
- c) C) Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis, não se aplicando os usos do comércio.
- d) D) A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; desde que prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- e) E) Para os efeitos da lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos a registro na Comissão de Valores Mobiliários.

41. Quanto às operações societárias, marque a opção que não está de acordo com a lei:

- a) A) O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se e depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade.
- b) B) A transformação não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores, sendo que a falência da sociedade transformada somente produzirá efeitos em relação aos sócios que, no tipo anterior, a eles estariam sujeitos, se o pedirem os titulares de créditos anteriores à transformação, e somente a estes beneficiará.

- c) C) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos, uma vez aprovados os atos da incorporação, a incorporada declarará extinta a incorporadora, e promoverá a respectiva averbação no registro próprio.
- d) D) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações, será decidida, na forma estabelecida para os respectivos tipos, pelas sociedades que pretendam unir-se.
- e) E) Até noventa dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

42. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, para depois da morte.
- b) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o agnome.
- c) O pseudônimo não goza da mesma proteção que se dá ao nome.
- d) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
- e) Condiciona-se à prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.

43. Com relação às fundações, assinale a alternativa correta.

- a) Dada a laicidade do Estado brasileiro, não se admite constituição de fundações destinadas a atividades religiosas.
- b) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados ao patrimônio do Município do local onde ela tiver sede.
- c) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.
- d) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para geri-la e representá-la.
- e) A alteração do estatuto da fundação prescinde de aprovação pelo órgão do Ministério Público.

44. Com relação à invalidade, assinale a alternativa correta.

- a) As nulidades podem ser alegadas por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, não podendo o juiz pronunciá-las de ofício quando conhecer do negócio jurídico.
- b) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação nem convalesce pelo decurso do tempo.
- c) É nulo o negócio jurídico por vício de fraude contra credores.
- d) A anulabilidade tem efeito antes de julgada por sentença.
- e) É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico viciado por coação, contado o prazo do dia em que se realizou o negócio jurídico.

45. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho incapaz pode depois ingressar com ação de regresso contra este.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano causado por este, ainda que resultante de culpa da vítima ou força maior.
- c) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida ficará obrigado a pagar-lhe o dobro do que houver cobrado.
- d) A obrigação de prestar reparação civil não se transmite com a herança.
- e) Em caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

46. Ronaldo e Valério sequestraram Jussara, com o fim de exigir do pai da vítima vultuosa quantia em dinheiro como condição para a libertação da mesma. O fato ocorreu no dia 10.11.2022. Quando Jussara ainda estava em cativeiro, privada de sua liberdade, sobreveio nova lei penal alterando a pena prevista para o delito de extorsão mediante sequestro. Semanas depois, no dia 18.12.2022, Jussara foi libertada, sem que os infratores tivessem conseguido obter a vantagem econômica pretendida.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Ronald e Valério, pela teoria da atividade.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Ronald e Valério, desde que a alteração seja benéfica aos agentes, pela teoria da atividade.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Ronald e Valério, pelo princípio da irretroatividade da lei penal.
- d) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Ronald e Valério, pelo princípio da ubiquidade.
- e) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Ronald e Valério, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ação.

47. Ludovico, auditor-fiscal da SEFAZ-RR, subtraiu um computador pertencente à Secretaria de Fazenda. O referido bem não se encontrava na posse de Ludovico, mas, para realizar a subtração, o agente ingressou no prédio da Secretaria às 22h, horário com menor circulação de pessoas, tendo entrado e saído do prédio pela porta da frente, usando seu crachá de identificação, sem levantar suspeitas junto aos seguranças, dado o fato de trabalhar no local.

Nesse caso, a conduta de Ludovico configura:

- a) crime de peculato-furto

- b) crime de peculato-desvio
- c) crime de furto
- d) crime de peculato-apropriação
- e) mera falta funcional, penalmente atípica.

48. Quando determinado agente dá causa, involuntariamente, a um resultado criminoso, em razão da inobservância de seu dever objetivo de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia, sem, contudo, ter previsto tal resultado quando era possível, nas circunstâncias, a referida previsão, é correto afirmar que há o elemento subjetivo:

- a) culpa inconsciente
- b) culpa consciente
- c) dolo eventual
- d) dolo direto de segundo grau
- e) dolo direto de primeiro grau

49. Molina, auditor-fiscal da SEFAZ-RR, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “MONTIEL E OTAMENDI ENTREGAS LTDA” o pagamento do tributo ICMS. Molina, porém, sabia que o tributo não era devido na espécie, pois não havia fato gerador do tributo.

A conduta de Molina, nesse caso, configura:

- a) crime de corrupção passiva privilegiada, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- b) crime de excesso de exação, sem majoração.
- c) crime de excesso de exação, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- d) crime de concussão, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- e) crime de concussão, sem majoração.

50. MacAllister voltava de suas férias em Orlando-USA quando desembarcou no aeroporto internacional do Galeão (Rio de Janeiro-RJ). Ao passar pela aduana, MacAllister trazia consigo diversos eletrônicos, perfumes e relógios, todos objetos de importação permitida, mas sem o pagamento dos tributos devidos. Emiliano, funcionário da Receita Federal incumbido da fiscalização aduaneira, previamente ajustado com o viajante, nada fez para impedir o crime. Porém, antes que MacAllister conseguisse sair da área relativa à fiscalização aduaneira, outro servidor da Receita Federal o abordou, identificou a irregularidade e acionou a polícia federal.

Nesse caso, é correto afirmar que o MacAllister e Emiliano deverão, respectivamente, responder por:

- a) descaminho consumado e facilitação de contrabando ou descaminho consumado
- b) descaminho tentado e facilitação de contrabando ou descaminho consumado
- c) descaminho tentado e facilitação de contrabando ou descaminho tentado
- d) descaminho consumado, para ambos
- e) descaminho tentado, para ambos

Gabarito: B

Comentário:

Nesse caso, o viajante deve responder por descaminho (art. 334 do CP) tentado, na medida em que, a despeito de se tratar de crime formal, é

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

51. É sabido que a equação formada pelos direitos pertencentes à entidade, mais seus bens e menos suas obrigações resulta no que conhecemos como Patrimônio Líquido. Em relação ao assunto, analise as assertivas abaixo:

- I. Quando o ativo é menor que o passivo, temos um patrimônio líquido negativo.
- II. Os recursos aplicados na entidade têm origem em capitais próprios e de terceiros. Os capitais próprios são representados pelas contas do patrimônio líquido.
- III. Na equação elementar do patrimônio contábil, ativo e passivo podem ser substituídos, respectivamente, por receita e despesa, uma vez que o resultado (patrimônio líquido) será o mesmo.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

52. No que se refere às contas da contabilidade, ao plano de contas, à função e ao funcionamento das contas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A função da conta Caixa é a de registrar a movimentação de dinheiro, inclusive o saldo disponível.
- b) A natureza dos saldos das contas de despesa é devedora; a das contas de receita, credora.
- c) O elenco de contas é parte indispensável de todo plano de contas.
- d) Os saldos de todas as contas de resultado devem ser zerados ao final do exercício.
- e) Todas as contas classificadas no Ativo possuem sempre saldo devedor.

53. O total do ativo de uma entidade aumentou em R\$ 100.000 no ano de 2018. No mesmo ano, o seu patrimônio líquido diminuiu R\$ 20.000.

Então, é **correto** afirmar que em 2018:

- a) o total do passivo diminuiu R\$ 80.000.
- b) o total do passivo aumentou R\$ 120.000.
- c) o total das obrigações aumentou R\$ 50.000.
- d) o total dos bens e direitos diminuiu R\$ 50.000.
- e) o patrimônio líquido é necessariamente negativo.

54. Considerando as principais Teorias das Contas Contábeis e seus respectivos grupos, relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1

- 1. Teoria Materialista.
- 2. Teoria Patrimonialista.
- 3. Teoria Personalista.

Coluna 2

- () Contas de Agentes Consignatários, Agentes Correspondentes e Proprietários.
- () Contas Integrais e Diferenciais.
- () Contas de Resultado e Patrimoniais.

A ordem **correta** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 1 – 3 – 2.
- b) 2 – 3 – 1.
- c) 3 – 2 – 1.
- d) 3 – 1 – 2.
- e) 1 – 2 – 3

55. Analise as assertivas a seguir a respeito de receitas e despesas, levando em conta as convenções e técnicas contábeis e desconsiderando as exceções, tais como das contas retificadoras, e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () As contas de receitas e as de despesas pertencem ao grupo de contas de resultado.

- () Todas as contas de receitas são zeradas no final do exercício para apuração do resultado.

- () Nem todas as contas de despesas são zeradas no final do exercício.

- () As contas de receita possuem saldo credor.

- () As contas de despesa são registradas no passivo.

A ordem **correta** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – V – V – F – V.

- b) F – V – F – V – V.

- c) V – F – V – F – F.

- d) V – F – V – F – V.

- e) V – V – F – V – F.

56. Analise as assertivas a seguir, de acordo com as definições das normas brasileiras de contabilidade (NBC TG Estrutura Conceitual, de 21/11/2019).

I. Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

II. Receitas e despesas são os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade, e informações sobre esses elementos são tão importantes como informações sobre ativos e passivos.

III. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, inclusive os referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas I.

- b) Apenas II.

- c) Apenas III.

- d) Apenas I e II.

- e) Apenas I e III.

57. Quando o fato contábil envolve mais de uma conta a ser debitada e mais de uma conta a ser creditada, estamos diante de lançamento de:

- a) Primeira fórmula.
- b) Segunda fórmula.
- c) Terceira fórmula.
- d) Quarta fórmula.
- e) Quinta fórmula.

58. O supermercado Céu Azul efetuou o pagamento, através do banco, de uma duplicata correspondente à aquisição de mercadorias para revenda, adquiridas, no mês anterior, no valor nominal de R\$ 2.400,00, cujo pagamento foi efetuado, na data do vencimento, com desconto de 20%. Considerando somente essas informações, quais os lançamentos contábeis, com os respectivos valores, a serem feitos?

a) Débito: Banco R\$ 1.920,00

Crédito: Fornecedores a Pagar R\$ 1.920,00

b) Débito: Fornecedores a Pagar R\$ 2.400,00

Crédito: Banco R\$ 1.920,00

Crédito: Desconto Recebido R\$ 480,00

c) Crédito: Fornecedores a Pagar R\$ 2.400,00

Débito: Banco R\$ 1.920,00

Débito: Desconto Recebido R\$ 480,00

d) Crédito: Banco R\$ 1.920,00

Débito: Fornecedores a Pagar R\$ 1.920,00

e) Crédito: Banco R\$ 2.352,00

Débito: Fornecedores a Pagar R\$ 2.352,00

59. A contrapartida de um lançamento contábil para constituição de uma provisão são contas

- a) de despesa.
- b) de receita.
- c) do ativo.
- d) do passivo.
- e) de reservas.

60. Acerca da escrituração contábil, do funcionamento das contas e dos livros contábeis, julgue as assertivas que seguem e marque a alternativa **CORRETA**.

I. O Método das Partidas Dobradas, ou Método Veneziano, tem como premissa básica que a soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos.

II. A escrituração em forma contábil deve conter entre os elementos: a data do registro, conta devedora, conta credora e o valor da transação, sendo dispensado o histórico para os lançamentos de primeira fórmula.

III. O Diário é um livro contábil que contém o registro dos lançamentos em ordem cronológica, fato que permite compreender a sequência de acontecimentos ocorridos na empresa, enquanto o Razão é facultativo e sistemático, ou seja, leva em conta principalmente a organização das informações.

IV. A retificação de um lançamento é o processo técnico de correção do registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de estorno, transferência ou complementação.

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO AMAPÁ*Eduardo da Rocha e Rafael Rocha*

61. Assinale uma transmissão que está amparada por isenção do ITCD, segundo a lei roraimense.

- a) ato de renúncia à herança, quando feito sem ressalva ou condição.
- b) doações recebidas por partidos políticos e templos de qualquer culto.
- c) de imóvel, por doação, a filho de funcionário público estadual, para o seu próprio uso, desde que não possua nenhum outro.
- d) a transferência de domínio, a título gratuito, de imóveis rurais ou urbanos pertencentes ao Estado de Roraima, no âmbito de procedimento de regularização fundiária.
- e) a doação, cujo valor seja inferior a 5.000 UFERS.

62. João, domiciliado em Boa Vista/RR, faleceu, deixando sua esposa Maria e 3 filhas: Márcia, Carolina e Rebecca. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R\$ 3.000.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Sandra apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 500.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Maria receberia bens no valor total de R\$ 1.600.000,00. Márcia nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Rebecca ficou com R\$ 1.000.000,00, em razão de Carolina ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, pode-se verificar a ocorrência de:

- a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.

- b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 3 relativos a transmissões por doação.
- c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.
- e) 3 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.

63. De acordo com a lei 72/94, perderá o mandato o membro que deixar de comparecer a:

- a) 3 (três) sessões consecutivas sem motivo justificado.
- b) 5 (cinco) sessões ordinárias alternadas sem motivo justificado.
- c) 4 (quatro) sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado.
- d) 3 (quatro) sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado.
- e) 4 (quatro) sessões alternadas sem motivo justificado.

64. De acordo com a lei 72/94, o prazo para interposição de impugnação no processo de rito sumário é de:

- a) 7 dias
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

65. De acordo com a lei 72/94, instaura-se a relação contenciosa administrativa com:

- a) a lavratura de termo de arrecadação de livros e documentos fiscais.
- b) a lavratura do termo de início de fiscalização.
- c) a lavratura do Auto de Infração.
- d) a apresentação da impugnação contra a exigência do crédito tributário.
- e) a lavratura do Termo de Apreensão de Mercadorias.

66. De acordo com o Decreto nº 856-E/94, não se consideram absolutamente nulos:

- a) os atos praticados por autoridades impedidas.
- b) as decisões proferidas com preterição do direito de defesa.
- c) os atos praticados em desobediência a dispositivos expresso em lei.
- d) as inexatidões decorrentes de erros de grafia ou de cálculos.
- e) os autos de infração que não contenham elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração e o infrator.

67. De acordo com o RICMS-RR, indique a alternativa que não apresenta uma hipótese de incidência do ICMS:

- a) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- b) serviços prestados no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- c) entrada, neste Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

d) ulterior transmissão de propriedade de mercadorias ou bens que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenha saído sem pagamento do imposto em decorrência de operações não tributadas.

e) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

68. Acerca do conceito de estabelecimento e local da operação, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Estabelecimento é o local, desde que público, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade.

II. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tiver sido efetuada a operação ou a prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

III. O local da operação, tratando-se de mercadoria, é o do estabelecimento remetente, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal.

a) F-V-F.

b) F-F-F.

c) V-V-V.

d) F-V-V.

e) F-F-V.

69. De acordo com o RICMS-RR, é relevante para a caracterização do fato gerador do ICMS

- a) a natureza jurídica da operação ou prestação de serviço.
- b) o título jurídico pelo qual a mercadoria ou bem esteja na posse do respectivo titular.
- c) a validade jurídica da propriedade ou da posse do instrumento utilizado na prestação do serviço.
- d) os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- e) todas as opções anteriores são irrelevantes.

70. De acordo com o RICMS-RR, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoe para consumo. A operação que executada sobre o produto usado ou partes remanescentes de produto deteriorado ou inutilizado, o renove ou restaure para utilização chama-se:

- a) beneficiamento.
- b) transformação.
- c) montagem.
- d) reacondicionamento.
- e) recondicionamento.

71. De acordo com o texto da Lei Complementar nº87/1996, quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria. O parágrafo único do art. 17 define as situações em que duas empresas são consideradas interdependentes. Não são consideradas interdependentes quando:

- a) uma das empresas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.
- b) uma mesma pessoa fizer parte de duas empresas, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação.
- c) um sócio de uma empresa for titular de mais de 50% do capital de outra.
- d) um acionista de uma empresa for titular de mais de 50% do capital de outra.
- e) um filho de um sócio de uma empresa for titular de mais de 50% do capital de outra.

72. No que tange à substituição tributária, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I – A responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, na condição de contribuinte substituto, poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado neste Estado, que seja contribuinte do ICMS.

II - Nas operações e prestações interestaduais com as mercadorias sujeitas à substituição tributária fruto de acordo entre os Estados, fica atribuída ao remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto em favor de Roraima, na qualidade de contribuinte substituto, desde que o imposto não tenha sido retido anteriormente.

III – Nos serviços de transporte e de comunicação, quando a prestação for efetuada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto será daquela que promover a cobrança integral do respectivo valor diretamente do usuário do serviço.

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Apenas os itens I e II estão corretos.

73. No que tange aos Regimes Especiais de Tributação, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta:

I. Regime especial de tributação é o que se caracteriza por qualquer tratamento diferenciado em relação às normas gerais de exigência do imposto e de cumprimento das obrigações acessórias, sem que dele resulte desoneração da carga tributária.

II. Não será concedido regime especial a contribuinte inscrito no CGF há menos de 1 ano, exceto nas situações especiais em que o contribuinte apresente condições suficientes para assegurar o direito do erário ou quando o regime especial se mostrar de maior interesse do Fisco.

III. A concessão de regime especial, salvo as disposições nele contidas, não dispensa o cumprimento das demais obrigações, principal e acessórias, previstas na legislação.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

74. Acerca do crédito relativo ao ativo permanente, assinale a opção incorreta.

- a) a apropriação será feita sempre à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
- b) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data da sua entrada no estabelecimento, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.
- c) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.
- d) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.
- e) serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, em livro próprio.

75. No que tange ao IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Tratando-se de veículo novo ou usado, será considerado como base de cálculo o valor constante no documento fiscal referente à transmissão da propriedade ao consumidor.
- II. É isenta do IPVA a propriedade de veículo automotor de instituições religiosas de qualquer culto.
- III. Nos casos de transferência de propriedade, o documento de arrecadação, devidamente homologado pela repartição fazendária, será entregue ao novo proprietário para efeito de registro junto ao Departamento de Trânsito do Estado, e não será exigido novo pagamento do imposto, mesmo que efetivado em outra Unidade da Federação.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão incorretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

76. De acordo com a LC 59/93, a alíquota do IPVA incidente sobre aeronaves é de

- a) 3%.
- b) 2%.
- c) 1%.
- d) 0%.
- e) 2,5%.

77. De acordo com o Ajuste SINIEF 7/2005, considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador. O arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão:

- a) DANFE.
- b) XML.
- c) DOC.
- d) XLSX.
- e) NOT.

78. As taxas previstas na lei 59/93 têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, a utilização efetiva ou potencial, de serviço específico e divisível prestado ao contribuinte, ou posto à sua disposição pelo Estado de Roraima. Sobre o tema, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. São contribuintes das taxas o destinatário das atividades resultantes do exercício do poder de polícia e o usuário, efetivo ou potencial, dos serviços públicos.
 - II. São isentos de taxas as pessoas que, mediante a apresentação de atestado passado por autoridade judiciária ou policial, provarem seu estado de pobreza.
 - III. As taxas para renovação quando forem devidas por mês serão exigidas até o décimo dia do mês a que se refira a renovação.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - c) Todos os itens estão corretos.
 - d) Está correto o item I, apenas.
 - e) Está correto o item III, apenas.

79. Acerca da Contribuição de Melhoria, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I. São isentos da contribuição de melhoria os imóveis de propriedade das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, desde que relacionados com as finalidades essenciais das entidades nele mencionadas.

II. A falta de pagamento regular da Contribuição de Melhoria, assim como seu pagamento intempestivo sujeita ao pagamento de multa de 30% do valor do tributo, quando o pagamento ocorrer dentro de 30 dias, contados da data do vencimento da notificação de lançamento.

III. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I, II e III.
- e) Está correto o item I, apenas.

80. O ICMS incidente sobre as importações de mercadorias estrangeiras, efetuadas por empresas estabelecidas nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Boa Vista, será devido no momento do desembaraço aduaneiro e recolhido até o 20º dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. Em tais operações a LC 25/92 concede crédito presumido no valor de

- a) 2%.
- b) 20%.
- c) 8%.
- d) 80%.
- e) 10%.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

81. Assinale a alternativa correta:

- a) Os empréstimos compulsórios não se sujeitam ao princípio da anterioridade anual.
- b) O IPI se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- c) O IR se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- d) O IOF se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- e) O ITR não se sujeita ao princípio da anterioridade anual.

82. Acerca das regras sobre substituição tributária, julgue os itens abaixo e, ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () A substituição tributária em relação ao ICMS será regulamentada por meio de lei complementar.
 - () A substituição tributária progressiva deverá ser estabelecida em lei, e encontra respaldo constitucional apenas para impostos e contribuições.
 - () Na substituição tributária progressiva, foi assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- a) F, F, V
 - b) V, F, F
 - c) F, F, F
 - d) V, F, V
 - e) V, V, V

83. A respeito da obrigação tributária, aponte a alternativa correta:

- a) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- b) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para pagar os tributos.
- c) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- d) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, não podendo, entretanto, aplicar a legislação tributária do ente desmembrado.

84. Caso ocorra a criação de um território federal, a competência tributária será dividida da seguinte forma:

- a) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal.
- b) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos sempre pela União.
- c) Os impostos estaduais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal e os impostos municipais serão instituídos pela União.
- d) Os impostos municipais poderão ser instituídos pela União.
- e) Os impostos federais ali cobrados deverão ser destinados integralmente ao território federal.

85. Acerca das limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- d) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

86. A respeito dos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa errada:

- a) É considerado tributo pelo STF.
- b) Deve ser instituído apenas por lei complementar, não cabendo medida provisória.
- c) A competência para sua instituição é exclusiva da União.
- d) Pode ser instituído em caso despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa ou sua iminência.
- e) É um tributo de arrecadação não vinculada.

87. Sobre o tema “obrigação tributária e fato gerador”, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
 - () Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
 - () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos: tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- a) V, F, V, F
 - b) F, F, F, V
 - c) V, V, F, V
 - d) F, V, V, F
 - e) F, V, F, V

88. Acerca das taxas, assinale a afirmativa correta:

- a) admite-se a instituição de taxas por meio de decreto, desde que relativas à emissão de guias de pagamento de outros tributos.
- b) as taxas podem ter bases de cálculo próprias dos impostos.
- c) as taxas podem ser calculadas com base no capital social das empresas.
- d) as taxas podem se referir ao exercício regular do poder de polícia municipal.
- e) as taxas podem se referir a serviço público gerais prestados à população, como a limpeza de logradouros públicos.

89. João, que é domiciliado em João Pessoa/PB, vende um imóvel urbano situado em São Paulo/SP a Pedro, domiciliado em Porto Alegre/RS. Diante da situação em epígrafe, sujeita à incidência do ITBI, pode-se afirmar que o referido imposto será devido:

- a) ao Estado da Paraíba.
- b) ao Município de Caxias do Sul.
- c) ao Estado do Rio Grande do Sul.
- d) ao Estado do São Paulo.
- e) ao Município do São Paulo.

90. Considerando o tema exclusão do crédito tributário, à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A isenção pode ser prevista em lei ou contrato.
- () A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
- () A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

- a) V, F, F
- b) F, F, V
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, V, F

91. Assinale a opção correta acerca das contribuições especiais.

- a) As contribuições sociais são as únicas que podem incidir sobre as receitas de exportação.
- b) Quando não enquadradas no conceito de contribuições sociais, as contribuições especiais destinam-se à intervenção no domínio econômico ou ao custeio do serviço de iluminação pública, estando vedada qualquer outra destinação.
- c) Apesar de tais contribuições terem natureza tributária, nem todas são destinadas a órgãos e entidades públicas.
- d) No caso de incidência de contribuição social, não será admissível a aplicação de alíquota específica.
- e) É constitucionalmente admitida a incidência de CIDE sobre as exportações de serviços.

92. Considerando a relação da República Federativa do Brasil com Estados estrangeiros, em se tratando de matéria tributária, pode-se afirmar, exceto:

- () Os tratados e as convenções internacionais suspendem a legislação tributária interna.
- () A despeito da função dos tratados internacionais em matéria tributária, não podem ser compreendidos no conceito de legislação tributária.
- () A União apenas poderá permutar informações com Estados estrangeiros na forma estabelecida em lei.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, V
- e) F, F, F

93. De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei tributária:

- a) Deverá ser aplicada retroativamente, sempre.
- b) Em se tratando de infrações e penalidades, não poderá ser aplicada retroativamente, se o ato já tiver sido definitivamente julgado.
- c) Não poderá ser aplicada retroativamente, por violar o princípio da irretroatividade da lei tributária.
- d) A aplicação retroativa só poderá ocorrer na hipótese de lei expressamente interpretativa.
- e) A aplicação retroativa pode ocorrer apenas em se tratando de tributos, não alcançando penalidades pecuniárias.

94. Acerca da anistia, aponte a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) A anistia e a remissão são sinônimos de exclusão do crédito tributário.
- b) A anistia pode alcançar as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
- c) A anistia é sempre efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- d) É possível que a anistia seja aplicável às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- e) A anistia não pode ser limitada a determinada região do território da entidade tributante.

95. A respeito da prescrição em matéria tributária, indique a alternativa correta:

- a) Trata-se de assunto que pode ser definido pelos entes federativos, por meio de lei ordinária.
- b) A prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
- c) O termo inicial do lustro prescricional ocorre com a constituição definitiva do crédito tributário.
- d) O prazo prescricional é de 10 anos, conforme a jurisprudência pacífica do STF.
- e) A prescrição se interrompe pelo protesto judicial, mas não se interrompe por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

96. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), são etapas contidas no procedimento de lançamento, exceto:

- a) identificar o sujeito passivo.
- b) determinar a matéria tributável.
- c) realizar a cobrança do contribuinte.
- d) verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação.
- e) calcular o montante do tributo devido.

97. Sobre o conceito de tributo, aponte a alternativa que não traz uma de suas características:

- a) é instituído mediante lei, em regra.
- b) não constitui sanção por ato ilícito.
- c) trata-se de receita derivada.
- d) o pagamento será realizado em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir.
- e) a cobrança se dá mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

98. São tributos de competência da União:

- a) A contribuição de iluminação pública e o imposto de importação.
- b) Os impostos residuais e o imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação.
- c) Os empréstimos compulsórios e o imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- d) Os impostos extraordinários e os impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.
- e) As contribuições de intervenção no domínio econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

99. Admite-se a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa nos seguintes casos, exceto:

- a) Créditos ainda não inscritos em dívida ativa.
- b) Créditos em curso da execução fiscal, em que tenha sido efetivada a penhora.
- c) Créditos sujeitos a liminar em sede de mandado de segurança.
- d) Créditos parcelados.
- e) Créditos vincendos.

100. São fontes primárias do direito tributário, exceto:

- a) Decreto-lei.
 - b) Resolução do Senado Federal.
 - c) Instrução Normativa.
 - d) Medida Provisória.
 - e) Tratados Internacionais.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
